DECRETO Nº 42.158 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021 PUBLICADO NO DOE DE 24.12.2021

Altera o Decreto nº 24.183, de 27 de junho de 2003, que dispõe sobre a isenção do ICMS nas operações relacionadas ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado, e tendo em vista o Ajuste SINIEF 40/21,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 24.183, de 27 de junho de 2003, passa a vigorar:

I - com nova redação dada aos seguintes dispositivos:

a) art. 2°:

- "Art. 2º A entidade assistencial ou o município partícipe do Programa deverá confi rmar o recebimento da mercadoria ou do serviço prestado mediante a emissão e a entrega ao doador da "Declaração de Confi rmação de Recebimento da Mercadoria Destinada ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional", conforme modelo anexo, no mínimo em duas vias com a seguinte destinação (Ajuste SINIEF 40/21):
- I primeira via: para o doador;
- II segunda via: para entidade assistencial ou município emitente.

Parágrafo único. A entidade assistencial e a unidade municipal recebedora deverão estar cadastrados junto ao Ministério da Cidadania.";

b) do art. 3°:

- 1. inciso I:
- "I possuir "Certificado de Habilitação ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional", expedido pelo Ministério da Cidadania (Ajuste SINIEF 40/21);";
- 2. alíneas "a" e "b" do inciso II (Ajuste SINIEF 40/21):

- "a) operação contendo, além dos requisitos exigidos pela legislação, no campo INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES o número do certificado referido no inciso I-A do "caput" deste artigo e no campo NATUREZA DA OPERAÇÃO a expressão "Doação destinada ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional";
- b) prestação contendo, além dos requisitos exigidos pela legislação, no campo OBSERVAÇÕES o número do certifi cado referido no inciso I-A do "caput" deste artigo e no campo NATUREZA DA PRESTAÇÃO a expressão "Doação destinada ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional";";

3. § 3°:

- "§ 3º Verificado, a qualquer tempo, que a mercadoria foi objeto de posterior comercialização, o imposto será exigido daquele que desvirtuou a finalidade do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional com os acréscimos legais devidos desde a data da saída da mercadoria sem o pagamento do imposto e sem prejuízo das demais penalidades (Ajuste SINIEF 40/21).";
- c) art. 4°:
- "Art. 4º O Ministério da Cidadania, por intermédio de seu sítio eletrônico, deverá disponibilizar às unidades federadas o cadastro identificador das entidades assistenciais, dos municípios e dos contribuintes partícipes do programa (Ajuste SINIEF 40/21).";
- d) art. 5°:
- "Art. 5º As unidades federadas, os Ministérios da Cidadania e da Economia assistir-se-ão mutuamente, permitindo o acesso às informações do controle que dispuserem (Ajuste SINIEF 40/21).";
- II acrescido do inciso I-A ao art. 3º, com a respectiva redação:
- "I-A possuir "Certificado de Doação Eventual", expedido pelo Ministério da Cidadania, para cada evento de doação (Ajuste SINIEF 40/21);".
- **Art. 2º** O Anexo Único do Decreto nº 24.183, de 27 de junho de 2003, passa a vigorar com a redação que segue publicada junto a este Decreto (Ajuste SINIEF 40/21).
- **Art. 3º** Ficam convalidados os procedimentos adotados com base nas disposições contidas neste Decreto no período de 1º de dezembro de 2021 até a data de sua publicação.
- **Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
- PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de dezembro de 2021; 133º da proclamação da República

JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO GOVERNADOR

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 24.183/2003 (Ajuste SINIEF 40/21)

	DE	CLARAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO
	DA MERCADORIA DES	TINADA AO PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENT
		DATA/
RECEBEDOR		
NOME RAZÃO SOCIAL		
CNPJ/CPF		INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO		

Este texto não substitui o publicado oficialmente.		
BAIRRO	MUNICÍPIO – UF	CEF
NOME DO RESPONSÁVEL		
CARGO	TELEFONE	
TRANSPORTADORA	PLACA	
ENTIDADE ASSISTENCIAL OU UNIDADE MUNICIPAL BENEFICIADAS	CNPJ	Nº □
1.		
2.		
3.		

Este texto não substitui o publicado oficialmente.					
А	ASSINATURA				